

# Governo quer adiar decisão sobre dívidas

por Cláudia Safatle  
de Brasília

O governo decidiu ontem não apresentar proposta alternativa à concessão de anistia aos pequenos e médios empresários e produtores rurais que contraíram dívidas junto ao sistema bancário durante o Plano Cruzado, deixando toda a responsabilidade da decisão à Assembléia Nacional Constituinte. Ficou aprovada, porém, a estratégia de adiamento da votação das emendas para daqui a oito ou dez dias, prazo previsto para o encerramento das votações do capítulo das Disposições Transitórias.

Ontem, em duas longas e distintas reuniões, o presidente José Sarney tratou desses assuntos. Primeiro, com o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, e com os ministros da casa (o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, o ministro do Gabinete Militar, Bayma Dennis, e o ministro-chefe do SNI, Ivan de Souza Men-



Mailson Ferreira da Nóbrega

des), quando aceitou a defesa do ministro da Fazenda, de não apresentar nenhuma proposta para negociar junto aos constituintes. "Apresentar uma contraproposta do governo seria um sinal inadequado que nós daríamos, pois estamos dizendo que não temos recursos para fazer nem investimentos, como vamos apresentar uma contraproposta?", questionou o ministro da Fazenda em conversa com este jornal, no final da noite.

Apos essa reunião, o presidente Sarney convocou os líderes do governo no Senado, Saldanha Derzi, na Câmara, José Lourenço, na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna, o presidente da Assembléia Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, além dos ministros da Fazenda e do Planejamento, João Batista de Abreu. Nesta, o presidente aprovou a estratégia de adiamento da votação das emendas que concedem a anistia ampla aos empresários e agricultores de pequeno e médio porte, endividados, prevista para hoje à tarde.

Segundo explicou o líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna, ele próprio levantará uma questão de ordem "de que a fusão das emendas de anistia nada tem a ver com o artigo 14 das Disposições Transitórias, e portanto, não é aditivo, tendo de, regimentalmente, ser votada ao final das Disposições Transitórias", ou seja, dentro de oito a dez dias, conforme previsões feitas pelo deputado Carlos Sant'An-

na. Segundo relato da editora Elaine Lerner, deste jornal, o deputado informou ao presidente Sarney que já tem o "aprovo" da maioria das lideranças partidárias para obter o adiamento da votação, exceto o do PDT, que é contra, PC do B, do PCB e PSB, que não foram consultados, e do PDS, cuja consulta foi feita ao vice-líder, Bonifácio de Andrada.

Disposto a "jogar duro" contra as pressões gastadoras, o ministro da Fazenda, por recomendação do presidente Sarney, fez um pronunciamento de oito minutos, em cadeia nacional de rádio e televisão, ontem, alertando para os efeitos danosos da aprovação da anistia (ver íntegra na página 6). "Isso vai trazer riscos para a ordem econômica e social. Todos os esforços que nós já fizemos no sentido de reduzir os desequilíbrios do governo vão por água abaixo, eles serão perdidos", disse o ministro.

(Ver página 6)